



## CONCURSO PÚBLICO

### PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS CURSO DE DIREITO

Edital 01/2009

---

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.  
Elas fazem parte da sua prova.**

---

Este caderno contém a **Prova Objetiva** abrangendo os conteúdos de **Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Constitucional, Direito Tributário e Português.**

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome e número de inscrição;
- assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta;**
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

---

**NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.**

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.  
**CUIDE BEM DELA. ELA É A SUA PROVA.**

---

No período estabelecido para a realização da prova está incluído o tempo necessário à transcrição das respostas do rascunho para a **Folha de Respostas**.

**ATENÇÃO** - Nos termos do Edital n. 01/2009, "Poderá [...] ser eliminado o candidato que: [...] **portar arma(s)** [...]; **portar, mesmo que desligados ou fizer uso** [...] de qualquer equipamento eletrônico, como **relógio digital** [...] ou outros similares, ou de instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como **telefone celular** [...] entre outros". (Item 8.31, alíneas "d", "e" e "f")

---

**DURAÇÃO TOTAL DA PROVA: TRÊS HORAS**

---

# ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **40 (quarenta) questões de múltipla escolha** – cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas** – assim distribuídas: **5 (cinco) questões de Direito Administrativo, 5 (cinco) questões de Direito Processual Civil, 5 (cinco) questões de Direito Constitucional, 5 (cinco) questões de Direito Tributário e 20 (vinte) questões de Português** todas perfeitamente legíveis.

**Havendo algum problema, informe-o *imediatamente* ao Aplicador de Provas para que ele tome as providências necessárias.**

**Caso V.S<sup>a</sup> não observe essa recomendação, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.**

## ➤ DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 1

As autarquias resultam de

- A) descentralização administrativa.
- B) descentralização política.
- C) descentralização política e administrativa.
- D) desconcentração.

### Questão 2

Analise as seguintes afirmativas relativas ao princípio da publicidade.

- I. Os atos administrativos escritos devem ser publicados no jornal oficial da respectiva entidade que os expede.
- II. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- III. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas I e II.
- B) apenas as afirmativas II e III.
- C) apenas as afirmativas I e III.
- D) todas as afirmativas.

### Questão 3

Sobre os poderes da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o poder de polícia do Estado é exercido por meio de atos normativos, de atos administrativos e de atos materiais.
- B) o poder disciplinar comporta a apuração de infrações e a aplicação de penalidades às pessoas sujeitas à disciplina interna da Administração Pública.
- C) o poder hierárquico implica o dever de obediência dos agentes inferiores em relação aos superiores, salvo as ordens manifestamente ilegais.
- D) o poder regulamentar autônomo é próprio das pessoas jurídicas de direito público autárquicas.

### Questão 4

Sobre a revogação de atos administrativos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Implica o exercício de discricionariedade administrativa.
- B) Incide sobre atos viciados, inoportunos ou inconvenientes.
- C) Não se podem opor direitos adquiridos à prerrogativa de revogação.
- D) Pode ser determinada pela Administração Pública ou, em caso de provocação do interessado, pelo Poder Judiciário.

### Questão 5

O desvio de poder, nos atos administrativos, caracteriza-se quando

- A) o agente expede um ato cuja matéria não se inclui em seu rol de competências.
- B) o agente expede um ato fundado em pressupostos juridicamente inadequados ao resultado obtido.
- C) o agente expede um ato sem observância das formalidades exigidas legalmente.
- D) o agente expede um ato visando a fim diverso daquele previsto na regra de competência.

## ➤ DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 6

Analise as seguintes afirmativas.

- I. O réu, ao contestar o pedido do autor, nada mais faz do que pretender uma sentença declaratória negativa.
- II. Condições da ação são categorias lógico-jurídicas existentes na doutrina e, muitas vezes, na lei, mediante as quais se admite que alguém chegue à obtenção da sentença final.
- III. Mérito da causa é, para o Código de Processo Civil, a própria lide.
- IV. A possibilidade jurídica do pedido deve ser localizada no pedido imediato, isto é, na permissão, ou não, do direito positivo a que se instaure a relação processual em torno da pretensão do autor.

Diante dessa análise, podemos concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas I e IV.
- B) apenas as afirmativas II e III.
- C) apenas as afirmativas II e IV.
- D) todas as afirmativas.

### Questão 7

Analise as seguintes afirmativas.

- I. Há substituição processual quando se alteram os polos subjetivos do processo.
- II. A questão da capacidade de atuar em juízo constitui pressuposto processual.
- III. Há substituição de parte quando a parte processual é distinta daquela que é parte material do negócio jurídico litigioso.
- IV. A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado.

Diante dessa análise, podemos concluir que estão **CORRETAS**

- A) apenas as afirmativas I e IV.
- B) apenas as afirmativas II e III.
- C) apenas as afirmativas II e IV.
- D) todas as afirmativas.

### Questão 8

Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, **EXCETO**

- A) quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o segundo grau.
- B) quando alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
- C) quando for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- D) quando for herdeiro presuntivo de alguma das partes.

### Questão 9

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A condenação da parte por litigância de má-fé implica o pagamento dos honorários advocatícios e de todas as despesas que a parte contrária efetuou.
- B) Reputada litigante de má-fé, a parte será condenada ao pagamento de multa em quantia não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa e ao pagamento de indenização, cujo valor será liquidado por arbitramento.
- C) Tipifica litigância de má-fé a interposição de recurso manifestamente protelatório.
- D) As despesas dos atos manifestamente protelatórios, impertinentes ou supérfluos, serão pagas pela parte que os tiver promovido ou praticado, quando impugnados pela outra.

### Questão 10

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Responderá por perdas e danos o juiz, quando recusar, omitir ou retardar providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.
- B) O advogado que criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final, pratica ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz impor-lhe multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa.
- C) O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à equidade, à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.
- D) Compete ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo e indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

## ➤ DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 11

Considerando o que dispõe o artigo 92 da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que o Poder Judiciário no Brasil se organiza

- A) em três esferas jurisdicionais distintas e independentes que são: a Justiça da União, as Justiças dos Estados e as Justiças dos Municípios, havendo, ainda, a previsão dos juizados especiais.
- B) em três esferas jurisdicionais independentes, União, Estados e Municípios, sendo que cada uma delas se subdivide em Justiça comum, Justiça especializada e Juizados especiais.
- C) em duas esferas jurisdicionais independentes que são: a Justiça da União e as Justiças dos Estados, sendo que cada uma delas se subdivide em Justiças comuns e Justiças especializadas, havendo, ainda, a previsão dos juizados especiais.
- D) em duas esferas jurisdicionais distintas e independentes, União e Estados, havendo, ainda, a previsão dos juizados especiais.

### Questão 12

A súmula vinculante, prevista no artigo 103-A da nossa Constituição, **consiste** em

- A) um enunciado do Supremo Tribunal Federal, decorrente de reiteradas decisões no mesmo sentido acerca de matéria prevista em lei federal que, por meio de provocação, obriga apenas os órgãos jurisdicionais de primeiro grau a decidirem naquele sentido.
- B) um enunciado do Superior Tribunal de Justiça, decorrente de reiteradas decisões no mesmo sentido acerca de matéria controversa em face da Constituição Federal que, de ofício ou por meio de provocação, obriga todos os órgãos do Poder Judiciário a decidirem naquele sentido.
- C) um enunciado do Tribunal Regional Federal, decorrente de reiteradas decisões no mesmo sentido acerca de matéria prevista em lei federal que, de ofício, obriga todos os órgãos da Justiça da União a decidirem naquele sentido.
- D) um enunciado do Supremo Tribunal Federal, decorrente de reiteradas decisões no mesmo sentido acerca de matéria constitucional que, de ofício ou por meio de provocação, obriga todos os órgãos do Poder Judiciário a decidirem naquele sentido.

### Questão 13

Considerando as funções precípuaas do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A ele compete processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Ministros de Estado, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- B) A ele compete processar e julgar os mandados de segurança e o *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal e, nos crimes comuns, os governadores dos estados e do Distrito Federal.
- C) A ele compete processar e julgar os *habeas corpus*, quando o coator ou coagido for governador de estado ou do Distrito Federal, sendo que, nos crimes de responsabilidade, compete também julgar os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho.
- D) A ele compete processar e julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, inciso I, alínea "o", bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos.

### Questão 14

A Justiça Federal tem por competência julgar

- A) as causas em que houver interesse do próprio órgão ou de algum dos seus membros, bem como as de interesse da União, entidades da administração direta, indireta, fundações e empresas públicas, inclusive aquelas relacionadas à falência e concordata.
- B) as causas em que houver interesses relacionados aos servidores públicos federais, entre eles, membros da justiça do trabalho, justiça eleitoral e justiça militar.
- C) as causas envolvendo juízes monocráticos, membros do Tribunal do Júri e das seções judiciárias localizadas nas capitais dos Estados.
- D) as causas em que houver interesse da União, suas autarquias, empresas públicas, exceto as de natureza falimentar, as relacionadas a acidentes de trabalho, bem como aquelas sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

### Questão 15

Considerando o que estabelecem os artigos 125 e 126 da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que

- A) fazem parte das justiças estaduais os juizados especiais, cíveis e criminais, sendo sua competência determinada por lei federal específica.
- B) a competência da justiça estadual é de natureza exclusiva, cabendo a ela tudo aquilo que não for vedado pela Constituição Federal.
- C) integram a justiça estadual comum os Tribunais de Contas dos Estados, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.
- D) o órgão de cúpula das justiças estaduais é o Tribunal de Justiça, sendo esse vinculado, por meio de lei federal, ao Superior Tribunal de Justiça.

## ➤ DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 16

Considerando os princípios constitucionais tributários, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o princípio da anterioridade será observado quando houver majoração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (IR).
- B) o princípio da legalidade não precisa ser observado quando houver majoração de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- C) o princípio da noventena não precisa ser observado quando houver majoração da base de cálculo do Imposto sobre a Importação (II).
- D) o princípio da anterioridade vincula, em qualquer hipótese, a instituição de empréstimo compulsório.

### Questão 17

Considerando as limitações constitucionais ao poder de tributar, é **CORRETO** afirmar que

- A) à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é vedado instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- B) à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é vedado instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação, sem fins lucrativos, observados os requisitos da lei.
- C) à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é vedado instituir impostos sobre patrimônio, a renda e os serviços dos templos de qualquer culto, ainda que não esteja relacionada com as atividades essenciais das entidades.
- D) à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é vedado instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e a tinta destinada a sua impressão.

### Questão 18

Considerando as limitações constitucionais ao poder de tributar, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o princípio da capacidade contributiva deverá ser observado em todos os tributos.
- B) o princípio da irretroatividade é consubstanciado na vedação aos entes federados de cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- C) o princípio da estrita legalidade é de natureza constitucional.
- D) a imunidade tributária recíproca se estende às fundações instituídas e mantidas pelo poder público no tocante ao patrimônio, renda e serviços, vinculados a suas finalidades essenciais.

### Questão 19

Considerando os impostos federais e a Constituição Federal de 1988, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o Imposto sobre a Importação (II) alcança a importação de energia elétrica.
- B) o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior .
- C) o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será seletivo, em função da essencialidade do produto, mas poderá ou não ser não-cumulativo.
- D) o imposto sobre grandes fortunas poderá ser instituído pela União, nos termos da lei complementar.

### Questão 20

Considerando os impostos federais e a Constituição Federal de 1988, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) será progressivo e terá suas alíquotas fixadas para incentivar a função social da propriedade.
- B) o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) não incidirá sobre as pequenas glebas rurais, quando o proprietário que as explore não possuir outro imóvel.
- C) o Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (IR) obedecerá os critérios da generalidade, progressividade e seletividade na forma da lei.
- D) o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários incidirá sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

## ➤ Língua Portuguesa

**INSTRUÇÕES** – As questões de 21 a 40 se referem à leitura dos excertos abaixo, transcritos de Acórdão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3510-0 DF.

Leia o texto atentamente antes de responder às questões.

### RELATÓRIO E VOTO

No mérito, a presente ação direta de inconstitucionalidade é manejada para se contrapor a todos os dispositivos do art. 5º da Lei Federal n. 11.105, de 24 de março de 2005, popularizada como “Lei de Biossegurança”. [...]

5 O que temos sob exame de validade constitucional é todo um necessário, adequado e proporcional conjunto de normas sobre a realização de pesquisas no campo da medicina celular ou regenerativa, em paralelo àquelas que se vêm desenvolvendo com outras fontes de células-tronco humanas, de que servem de amostra, por exemplo, as situadas no cordão umbilical. [...]

10 É para o indivíduo biograficamente qualificado que as leis dispõem sobre o seu *nominalizado* registro em cartório e lhe conferem uma nacionalidade. Indivíduo-pessoa, por conseguinte, a se dotar de toda uma gradativa formação moral e espiritual, esta última segundo uma cosmovisão não exatamente darwiniana ou evolutiva do ser humano, porém *criacionista* ou divina, prisma em que Deus é tido como a nascente e ao mesmo tempo a embocadura de toda a corrente de vida de

15 qualquer dos personalizados seres humanos.

[...]

20 Numa síntese inicial, então, é de se concluir que a Constituição Federal não faz de todo e qualquer estágio da vida humana um autonomizado bem jurídico, mas da vida, que já é própria de uma concreta pessoa, porque *nativiva* e, nessa condição, dotada de compostura física ou natural. É como dizer: a inviolabilidade de que trata o artigo 5º é exclusivamente reportante a um já personalizado indivíduo (o inviolável é, para o Direito, o que o sagrado é para a religião). E como se trata de uma Constituição que sobre o início da vida humana é de um silêncio de morte, a questão não reside exatamente em se determinar o início da vida do *homo*

25 *sapiens*, mas em saber que aspectos ou momentos dessa vida estão validamente protegidos pelo Direito infraconstitucional e em que medida.

Sucedem que – este o *fiat lux* da controvérsia - a dignidade da pessoa humana é princípio tão relevante para a nossa Constituição que admite transbordamento. Transcendência ou irradiação para alcançar, já no plano das leis

30 infraconstitucionais, a proteção de tudo que se revele como o próprio início e continuidade de um processo que deságue, justamente, no indivíduo-pessoa. Caso do embrião e do feto, segundo a humanitária diretriz de que a eminência da embocadura ou apogeu do ciclo biológico justifica a tutela das respectivas etapas. Razão por que o nosso Código Civil se reporta à lei para colocar a salvo, “desde a

35 concepção, os direitos do nascituro”, que são direitos de quem se encontra a caminho do nascimento. Se se prefere - considerado o fato de que o fenômeno da concepção já não é exclusivamente intracorpóreo -, direitos para cujo desfrute se

faz necessário um vínculo operacional entre a fertilização do óvulo feminino e a virtualidade para avançar na trilha do nascimento. Pois essa aptidão para avançar, concretamente, na trilha do nascimento é que vai corresponder ao conceito legal de “nascituro”. Categoria exclusivamente jurídica, porquanto não versada pelas ciências médicas e biológicas. [...]

Sucedede que, nesse mesmo conjunto normativo, o Magno Texto Federal passa a dispor sobre a figura do “planejamento familiar”. Mais exatamente, planejamento familiar que, “fruto da livre decisão do casal”, é “fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável” (§ 7º desse emblemático artigo 226). Donde a inteligência de que:

I - dispor sobre o tamanho de sua família e possibilidade de sustentá-la materialmente, tanto quanto de assisti-la física e amorosamente, é modalidade de decisão a ser tomada pelo casal. Mas decisão tão voluntária quanto responsabilmente tomada, tendo como primeiro e explícito suporte o princípio fundamental da “dignidade da pessoa humana” (inciso III do art.5º);

II – princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, esse, que opera por modo binário ou dual. De uma parte, para aquinhoar o casal com o direito público subjetivo à “liberdade” (preâmbulo da Constituição e seu art. 5º), aqui entendida como autonomia de vontade ou esfera de privacidade decisória. De outra banda, para contemplar os porvindouros componentes da unidade familiar, se por eles optar o casal, com planejadas condições de bem-estar e assistência físico-afetiva. [...]

O paralelo é mesmo este: diante da constatação médica de morte encefálica, a lei dá por finda a personalidade humana, decretando e simultaneamente executando a pena capital de tudo o mais. A vida tão só e irreversivelmente assegurada por aparelhos já não conta, porque definitivamente apartada da pessoa a que pertencia (a pessoa já se foi, juridicamente, enquanto a vida exclusivamente induzida teima em ficar). E já não conta, pela inescandível realidade de que não haverá pessoa humana sem o aparato neural que lhe dá acesso às complexas funções do sentimento e do pensar (*penso, logo existo*, sentenciou Descartes), da consciência e da memorização, das sensações e até do instinto de quem quer que se eleve ao ponto ômega de toda a escala animal, que é o caso do ser humano. Donde até mesmo se presumir que sem ele, aparato neural, a própria alma já não tem como cumprir as funções e finalidades a que se preordenou como *hóspede* desse ou daquele corpo humano. Em suma, e já agora não mais por modo conceitualmente provisório, porém definitivo, vida humana já rematadamente adornada com o atributo da personalidade civil é o fenômeno que transcorre entre o nascimento com vida e a morte cerebral. [...]

É assim ao influxo desse olhar pós-positivista sobre o Direito brasileiro, olhar conciliatório do nosso Ordenamento com os imperativos de ética humanista e justiça material, que chego à fase da definitiva prolação do meu voto. Fazendo-o, acresço estes dois outros fundamentos constitucionais: o direito à saúde e à livre expressão da atividade científica para julgar, como de fato julgo, totalmente improcedente a presente ação direta de inconstitucionalidade. Não sem antes pedir todas as vênias deste mundo aos que pensam diferentemente, seja por convicção jurídica, ética, ou filosófica, seja por artigo de fé. É como voto.

### Questão 21

Assinale a afirmativa que **NÃO** condiz com o texto.

- A) A Constituição brasileira é explícita no que se refere à definição do momento em que começa a vida humana.
- B) O voto do Ministro não acolhe a presumida inconstitucionalidade do artigo de lei questionado.
- C) O voto focaliza o conceito jurídico de vida humana, sem perder de vista o conceito científico.
- D) Polidamente, pede-se desculpa aos que, seja por qual razão for, discordam do voto e dos argumentos expostos.

### Questão 22

Segundo o texto, a vida humana com personalidade civil se dá

- A) entre a concepção do nascituro e a morte encefálica.
- B) entre a concepção do nascituro e a paralisação dos batimentos cardíacos.
- C) entre o nascimento com vida e a morte encefálica.
- D) entre o nascimento com vida e a paralisação dos batimentos cardíacos.

### Questão 23

Assinale a alternativa que **NÃO** contém um aspecto que serve de embasamento para os argumentos em defesa da tese do Ministro.

- A) Direito à opção por determinado credo
- B) Direito ao exercício da pesquisa de caráter científico
- C) Direito ao planejamento familiar
- D) Direito à proteção da vida humana

### Questão 24

“E como se trata de uma Constituição que sobre o início da vida humana é de um silêncio de morte, a questão não reside exatamente em se determinar o início da vida do *homo sapiens* [...]” (linhas 22 a 25)

O trecho acima contém

- A) uma antítese vocabular.
- B) uma incoerência de sentido.
- C) uma incompatibilidade verbal.
- D) um equívoco semântico.

### Questão 25

O termo sublinhado **NÃO** está corretamente explicado nos parênteses em

- A) “Caso do embrião e do feto, segundo a humanitária diretriz de que a eminência da embocadura [...]” (PREMÊNCIA) (linhas 31 a 33)
- B) “É assim ao influxo desse olhar pós-positivista sobre o Direito brasileiro [...]” (INFLUÊNCIA) (linha 76)
- C) “Numa síntese inicial, então, é de se concluir que a Constituição Federal não faz de todo e qualquer estádio da vida humana [...]” (PERÍODO) (linhas 17 e 18)
- D) “[...] olhar conciliatório do nosso Ordenamento com os imperativos de ética humanista e justiça material, que chego à fase da definitiva prolação do meu voto.” (ATO DE PROFERIR) (linhas 76 a 78)

### Questão 26

“E como se trata de uma Constituição que sobre o início da vida humana é de um silêncio de morte, a questão não reside exatamente em se determinar o início da vida do *homo sapiens*, mas em saber que aspectos ou momentos dessa vida estão validamente protegidos pelo Direito infraconstitucional e em que medida.” (linhas 22 a 26)

O termo sublinhado deve ser entendido como

- A) normas consuetudinárias, subentendidas no texto constitucional.
- B) normas da Constituição que não podem ser alteradas.
- C) normas que, de alguma forma, se contrapõem à Constituição.
- D) normas que estão hierarquicamente abaixo da Constituição, como as leis ordinárias.

### Questão 27

“[...] penso, logo existo, sentenciou Descartes [...]” (linha 67)

Assinale a alternativa em que a nova redação **NÃO** mantém o significado do trecho sublinhado.

- A) penso; existo, pois [...]
- B) penso; existo, portanto [...]
- C) penso, pois existo [...]
- D) penso, portanto existo [...]

### Questão 28

“Sucede que – este o *fiat lux* da controvérsia - a dignidade da pessoa humana é princípio tão relevante para a nossa Constituição que admite transbordamento.” (linhas 27 e 28)

O trecho sublinhado desempenha, em relação ao restante do período, uma ideia de

- A) causa.
- B) consequência.
- C) conclusão.
- D) finalidade.

### Questão 29

O vocábulo sublinhado **NÃO** se refere ao termo entre parênteses em

- A) “E já não conta, pela inescandível realidade de que não haverá pessoa humana sem o aparato neural que lhe dá acesso às complexas funções do sentimento e do pensar [...]” (PESSOA HUMANA) (linhas 65 a 67)
- B) “É para o indivíduo biograficamente qualificado que as leis dispõem sobre o seu *nominalizado* registro em cartório e lhe conferem uma nacionalidade.” (INDIVÍDUO BIOGRAFICAMENTE QUALIFICADO) (linhas 9 e 10)
- C) “Indivíduo-pessoa, por conseguinte, a se dotar de toda uma gradativa formação moral e espiritual, esta última segundo uma cosmovisão não exatamente darwiniana ou evolutiva do ser humano [...]”. (FORMAÇÃO ESPIRITUAL) (linhas 10 a 13)
- D) “[...] normas sobre a realização de pesquisas no campo da medicina celular ou regenerativa, em paralelo àquelas que se vêm desenvolvendo com outras fontes de células-tronco humanas, de que servem de amostra, por exemplo, as situadas no cordão umbilical.” (FONTES) (linhas 5 a 8)

### Questão 30

“Pois essa aptidão para avançar, concretamente, na trilha do nascimento é que vai corresponder ao conceito legal de “nascituro”. Categoria exclusivamente jurídica, porquanto não versada pelas ciências médicas e biológicas.” (linhas 39 a 42)

Mantém-se o sentido básico do período, se os vocábulos sublinhados forem substituídos, respectivamente, pelos termos

- A) conquanto, uma vez que
- B) já que, porque
- C) porque, embora
- D) visto que, conquanto

### Questão 31

“[...] a inviolabilidade de que trata o artigo 5º é exclusivamente reportante a um já personalizado indivíduo [...]”. (linhas 20 e 21)

Assinale a alternativa que **NÃO** pode substituir a expressão sublinhada por conter erro de regência.

- A) a que se refere o artigo 5º
- B) na qual dispõe o artigo 5º
- C) que se menciona no artigo 5º
- D) sobre a qual versa o artigo 5º

### Questão 32

“[...] direitos para cujo desfrute se faz necessário um vínculo operacional entre a fertilização do óvulo feminino e a virtualidade para avançar na trilha do nascimento.” (linhas 37 a 39)

Assinale a alternativa em que a concordância **NÃO** está correta.

- A) se faz necessário a relação de vínculo operacional
- B) se faz necessário estabelecer relação de vínculo operacional
- C) se fazem necessárias relações de vínculo operacional
- D) se fazem necessários vínculos operacionais

### Questão 33

“Numa síntese inicial, então, é de se concluir que a Constituição Federal não faz de todo e qualquer estágio da vida humana um autonomizado bem jurídico, mas da vida, que já é própria de uma concreta pessoa, porque *nativiva* e, nessa condição, dotada de compostura física ou natural.” (linhas 17 a 20)

A redação que **NÃO** apresenta erro de pontuação é

- A) Então, é de se concluir, numa síntese inicial, que a Constituição Federal não faz um autonomizado bem jurídico de todo e qualquer estágio da vida humana, mas da vida, que já é própria de uma concreta, porque *nativiva*, pessoa e, nessa condição, dotada de compostura física ou natural.
- B) Então, é de se concluir, numa síntese inicial que a Constituição Federal, não faz um autonomizado bem jurídico de todo e qualquer estágio da vida humana, mas da vida, que, já é própria de uma concreta, porque *nativiva*, pessoa, e nessa condição, dotada de compostura física ou natural.
- C) Então é de se concluir, numa síntese, inicial, que a Constituição Federal não faz um autonomizado bem jurídico, de todo e qualquer estágio da vida humana, mas da vida, que já é própria, de uma concreta, porque *nativiva* pessoa, e nessa condição, dotada de compostura física, ou natural.
- D) Então, é de se concluir, numa síntese, inicial que, a Constituição Federal não faz, um autonomizado bem jurídico, de todo e qualquer estágio da vida humana, mas, da vida que já é própria de uma concreta, porque *nativiva* pessoa e, nessa condição dotada de compostura física ou natural.

### Questão 34

[...] realidade de que não haverá pessoa humana sem o aparato neural que lhe dá acesso às complexas funções do sentimento e do pensar [...]. (linhas 65 a 67)

Assinale a alternativa que **NÃO** poderia substituir o trecho sublinhado por conter erro de concordância.

- A) que não deverá haver pessoas humanas
- B) que não existirão pessoas humanas
- C) que não haverá pessoas humanas
- D) que não haverão pessoas humanas

### Questão 35

“dispor sobre o tamanho de sua família e possibilidade de sustentá-la materialmente, tanto quanto de assisti-la física e amorosamente, é modalidade de decisão a ser tomada pelo casal.” (linhas 48 a 50)

Assinale a alternativa em que a substituição da expressão sublinhada preserva o sentido original e **NÃO** acarreta erro de regência.

- A) possibilidade de a sustentar materialmente, tanto quanto de a assistir
- B) possibilidade de sustentar à família materialmente, tanto quanto de assistir à ela.
- C) possibilidade de sustentar a família materialmente, tanto quanto de lhe assistir
- D) possibilidade de sustentar-lhe materialmente, tanto quanto de assistir-lhe

### Questão 36

“[...] direitos para cujo desfrute se faz necessário um vínculo operacional entre a fertilização do óvulo feminino e a virtualidade para avançar na trilha do nascimento.” (linhas 37 a 39)

O termo sublinhado corresponde à seguinte expressão.

- A) direitos para cujo o desfrute
- B) direitos dos quais o desfrute
- C) direitos que para o desfrute deles
- D) para o desfrute desses direitos

### Questão 37

Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com os preceitos da norma culta.

- A) Os princípios fundamentais da dignidade e do direito da pessoa humana garante os direitos relativos ao exercício da liberdade.
- B) O princípio fundamental da dignidade e dos direitos das pessoas humanas garantem o direito público à liberdade.
- C) O princípio fundamental da dignidade e o que trata do direito da pessoa humana garantem o direito público à liberdade.
- D) O princípio fundamental relativo à dignidade e aos direitos das pessoas humanas garantem o direito público à liberdade.

### Questão 38

“[...] em paralelo àquelas que se vêm desenvolvendo com outras fontes de células-tronco humanas [...]”. (linhas 6 e 7)

O uso do sinal indicativo da crase **NÃO** está de acordo com a norma culta em

- A) [...] em paralelo à outras pesquisas que se vêm desenvolvendo com outras fontes de células-tronco humanas [...].
- B) [...] em paralelo às demais pesquisas que se vêm desenvolvendo com outras fontes de células-tronco humanas [...].
- C) [...] em paralelo às pesquisas que se vêm desenvolvendo com outras fontes de células-tronco humanas [...].
- D) [...] em paralelo às que se vêm desenvolvendo com outras fontes de células-tronco humanas [...].

### Questão 39

Assinale a alternativa **que apresenta erro** de concordância verbal.

- A) A embocadura e o apogeu do ciclo biológico justificam a tutela do embrião e do feto.
- B) Justificam a tutela a embocadura e o apogeu do ciclo biológico.
- C) Justifica a tutela a embocadura e o apogeu do ciclo biológico.
- D) A embocadura e o apogeu do ciclo biológico justifica-se com a tutela do embrião e do feto.

### Questão 40

A concordância nominal está **INCORRETA** em

- A) A preocupação com o direito à livre expressão da atividade científica ficou clara no voto do Ministro.
- B) Ao apresentar seu voto, o Ministro deixou claro que se preocupa com o direito à livre expressão da atividade científica.
- C) Em seu voto, o Ministro deixou claro a sua preocupação com o direito à livre expressão da atividade científica.
- D) O Ministro deixou clara, em seu voto, a preocupação com o direito à livre expressão da atividade científica.

## FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01  A  B  C  D

02  A  B  C  D

03  A  B  C  D

04  A  B  C  D

05  A  B  C  D

06  A  B  C  D

07  A  B  C  D

08  A  B  C  D

09  A  B  C  D

10  A  B  C  D

11  A  B  C  D

12  A  B  C  D

13  A  B  C  D

14  A  B  C  D

15  A  B  C  D

16  A  B  C  D

17  A  B  C  D

18  A  B  C  D

19  A  B  C  D

20  A  B  C  D

21  A  B  C  D

22  A  B  C  D

23  A  B  C  D

24  A  B  C  D

25  A  B  C  D

26  A  B  C  D

27  A  B  C  D

28  A  B  C  D

29  A  B  C  D

30  A  B  C  D

31  A  B  C  D

32  A  B  C  D

33  A  B  C  D

34  A  B  C  D

35  A  B  C  D

36  A  B  C  D

37  A  B  C  D

38  A  B  C  D

39  A  B  C  D

40  A  B  C  D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:**  
**AGUARDE AUTORIZAÇÃO**  
**PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**